

 	<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS -DIGP</p>	<p align="center">DIGP/ REVISÃO Nº 00 DATA:18/03/2014</p>
---	---	--

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº005, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

“Estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos em folha de pagamento de prestações ou compromissos pecuniários assumidos pelo Servidor Público Municipal de Balneário Camboriú.”

O Secretário de Gestão Administrativa, juntamente com o Diretor da Divisão de Gestão de Pessoas de Balneário Camboriú, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que, entende-se por vencimentos, “o vencimento do cargo efetivo fixado em lei, acrescido das vantagens pecuniárias de caráter permanente” (Art. 16 parágrafo II da Lei 3428/12)

CONSIDERANDO que, “é permitida a consignação em folha de pagamento de prestações ou compromissos pecuniários assumidos com Associações de Funcionários, Sindicato dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – SISEMBC, entidades beneficentes, instituições financeiras oficiais, entidades beneficentes e securitárias ou de direito público, mediante autorização do funcionário, limitado, entretanto, o comprometimento em até 30% (trinta por cento) do total de seus vencimentos (Art. 87 da Lei 1.069/91);

CONSIDERANDO que, é dever da Secretaria de Gestão Administrativa através da Divisão de Gestão de Pessoas (DIGP) estabelecer normas visando a padronização de procedimentos referente à consignação de descontos em folha de pagamento de prestações ou compromissos pecuniários assumidos pelo Servidor Público Municipal de Balneário Camboriú;

RESOLVE:

Estabelecer os seguintes critérios para o cálculo da margem consignável:

1º A margem de 30% (trinta por cento) será calculado com base nos vencimentos (salário + vantagens permanentes):

Paragrafo único: serão deduzidos dos vencimentos as despesas de:

- a) Plano de Saúde;
- b) Plano de Saúde de Dependente;
- c) Plano de Previdência;
- d) Imposto de renda;
- e) Pensão alimentícia judicial;

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA LEAL
Secretário de Gestão Administrativa

ANTÔNIO DEMOS
Diretor da Divisão de Gestão de Pessoas